

# SUMÁRIO

## Capítulo I

<b>Fontes e integração. Princípios do processo do trabalho</b> .....	<b>37</b>
<b>1. Fontes e integração</b> .....	<b>37</b>
<b>2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço</b> .....	<b>39</b>
2.1. Eficácia no tempo .....	39
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista) .....	42
2.1.1.1. Recursos .....	44
2.2. Eficácia no espaço .....	45
<b>3. Princípios</b> .....	<b>45</b>
3.1. Introdução .....	45
3.2. Princípios do processo do trabalho .....	46
3.2.1. Princípio da proteção .....	46
3.2.2. Princípio da conciliação .....	47
3.2.3. Princípio do <i>jus postulandi</i> .....	48
3.2.4. Princípio da oralidade .....	48
3.2.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	49
3.2.6. Princípio da extrapetição .....	49
3.2.7. Princípio da simplicidade .....	50
3.3. Princípios do Código de Processo Civil .....	50
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito .....	50

3.3.2.	Princípio da cooperação .....	51
3.3.3.	Princípio da boa-fé .....	51
3.4.	Outros princípios processuais .....	51
3.4.1.	Princípio dispositivo .....	51
3.4.2.	Princípio inquisitivo .....	52
3.4.3.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	52
3.4.4.	Princípio da instrumentalidade das formas .....	53
3.4.5.	Princípio da preclusão .....	53
4.	Legislação relacionada ao capítulo .....	54
•	QR Code .....	54

## Capítulo II

<b>Organização da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>55</b>
1. Introdução .....	55
2. Tribunal Superior do Trabalho .....	56
3. Tribunais Regionais do Trabalho .....	59
4. Juízes do trabalho .....	62
5. Ingresso na carreira .....	63
6. Garantias dos juízes .....	63
7. Vedações dos juízes .....	64
8. Deveres e poderes dos juízes .....	65
9. “Juízo 100% Digital” .....	65
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho .....	66
10.1. Secretarias das varas do trabalho .....	66
10.2. Secretarias dos tribunais .....	68
10.3. Serviços de distribuição de feitos .....	69
10.4. Oficiais de justiça avaliadores .....	70
11. Legislação relacionada ao capítulo .....	71
• QR Code .....	71

## Capítulo III

<b>Ministério Público do Trabalho .....</b>	<b>73</b>
1. Ministério Público: Conceito .....	73
2. Organização .....	73
3. Ministério Público do Trabalho .....	74

4. Princípios institucionais .....	76
4.1. Unidade .....	76
4.2. Indivisibilidade .....	77
4.3. Independência funcional .....	77
4.4. Promotor natural .....	77
5. Atribuições do Ministério Público do Trabalho .....	77
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo Ministério Público .....	79
7. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....	80
• QR Code .....	80

## Capítulo IV

<b>Formas de solução de conflitos e jurisdição .....</b>	<b>81</b>
1. Formas de solução de conflitos .....	81
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição) .....	82
2.1. Mediação e Conciliação .....	82
2.2. Comissão de Conciliação Prévia .....	83
2.2.1. Introdução .....	83
2.2.2. Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa .....	84
2.2.3. Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia .....	84
2.2.4. Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP .....	85
2.3. Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial .....	86
3. Arbitragem .....	87
4. Jurisdição .....	87
4.1. Jurisdição voluntária .....	88
4.2. Jurisdição voluntária no processo do trabalho .....	88
4.3. Procedimento da homologação de acordo extrajudicial .....	88
4.3.1. Petição conjunta .....	89
4.3.2. Representação por advogado .....	89
4.3.3. Prazo para analisar o acordo extrajudicial .....	90
4.3.4. Realização de audiência .....	90
4.3.5. Sentença .....	90
4.3.6. Requisitos do acordo extrajudicial .....	90

4.3.6.1.	Transação .....	91
4.3.6.2.	Observância do prazo para pagamento das verbas rescisórias .....	91
4.3.6.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho) .....	92
4.3.7.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional .....	93
<b>5.</b>	<b>Legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>93</b>
•	<b>QR Code .....</b>	<b>93</b>

## **Capítulo V**

<b>Competência da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>95</b>
<b>1. Competência .....</b>	<b>95</b>
1.1. Introdução .....	95
1.2. Competência absoluta e relativa .....	96
1.2.1. Competência absoluta .....	96
1.2.2. Competência relativa .....	97
1.2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa .....	98
<b>2. Critérios de modificação da competência .....</b>	<b>99</b>
2.1. Conexão e continência .....	99
<b>3. Competência em razão da matéria e da pessoa .....</b>	<b>101</b>
3.1. Ações oriundas da relação do trabalho .....	102
3.1.1. Relações de consumo .....	103
3.1.2. Honorários advocatícios .....	103
3.1.3. Ações Penais .....	104
3.1.4. Representantes Comerciais .....	104
3.1.5. Motoristas de Aplicativo .....	104
3.1.6. Transportadores autônomos de carga .....	105
3.2. Entes de direito público externo .....	106
3.2.1. Estados estrangeiros .....	106
3.2.2. Organismos ou organizações internacionais .....	107
3.3. Servidores da administração pública .....	108
3.3.1. Relação empregatícia .....	108
3.3.2. Relação estatutária .....	109
3.3.3. Relação de caráter jurídico-administrativa .....	109

---

3.3.4.	Cargo em comissão .....	110
3.3.5.	Alteração do regime de contratação .....	110
3.3.5.1.	Empregados contratados antes da CF/88, sem submissão do concurso público .....	110
3.4.	Competência trabalhista perante a greve .....	111
3.4.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público .....	112
3.5.	Ações envolvendo sindicatos .....	113
3.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> .....	115
3.6.1.	Mandado de segurança .....	115
3.6.2.	<i>Habeas Corpus</i> .....	116
3.6.3.	<i>Habeas Data</i> .....	116
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial .....	117
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos em- pregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho .....	119
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir .....	119
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho .....	121
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho .....	121
3.12.	Competência normativa .....	121
<b>4.</b>	<b>Competência funcional .....</b>	<b>122</b>
<b>5.</b>	<b>Competência em razão do lugar (territorial) .....</b>	<b>123</b>
5.1.	Local da prestação dos serviços .....	124
5.2.	Agente ou viajante comercial .....	124
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior .....	125
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato .....	125
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública .....	126
5.6.	Foro de eleição .....	128
<b>6.</b>	<b>Conflitos de competência .....</b>	<b>128</b>
<b>7.</b>	<b>Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>131</b>
•	<b>QR Code .....</b>	<b>131</b>
 <b>Capítulo VI</b>		
<b>Partes e procuradores no processo do trabalho .....</b>		
<b>133</b>		
1.	Conceito .....	133
2.	Capacidade de ser parte .....	134

<b>3. Capacidade processual</b>	<b>134</b>
3.1. Representação	135
3.1.1. Incapazes	135
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas	137
3.1.3. Representação em audiência	138
<b>4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i></b>	<b>140</b>
<b>5. Representação por advogado</b>	<b>142</b>
5.1. Substabelecimento	144
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento	145
5.3. Mandato tácito	145
5.4. Estagiário	147
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	147
5.6. Regularização da representação	150
<b>6. Honorários advocatícios</b>	<b>151</b>
<b>7. Benefício da justiça gratuita</b>	<b>154</b>
7.1. Conceito	154
7.2. Características do benefício da justiça gratuita	155
7.3. Sujeitos beneficiários	157
7.4. Abrangência da gratuidade	158
7.5. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	159
<b>8. Litisconsórcio</b>	<b>160</b>
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	164
<b>9. Substituição processual</b>	<b>164</b>
<b>10. Sucessão processual</b>	<b>166</b>
<b>11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo</b>	<b>167</b>
<b>12. Litigância de má-fé</b>	<b>168</b>
12.1. Beneficiário da justiça gratuita	170
<b>13. Assédio processual</b>	<b>170</b>
<b>14. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe</b>	<b>171</b>
14.1. Procedimento	172
14.2. Coronavírus e fato do príncipe	173
<b>15. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo</b>	<b>173</b>
• QR Code	173

## **Capítulo VII**

<b>Atos processuais</b>	<b>175</b>
1. Introdução	175

<b>2. Comunicação dos atos processuais .....</b>	<b>176</b>
2.1. Formas de citação .....	177
2.2. Formas de intimação .....	181
<b>3. Prazos processuais .....</b>	<b>183</b>
3.1. Princípios dos prazos processuais .....	185
3.2. Contagem dos prazos processuais .....	185
3.2.1. Contagem em dias úteis .....	187
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento .....	188
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico .....	188
3.2.4. Interrupção e suspensão .....	190
3.2.4.1. Recesso forense .....	191
3.3. Prazos diferenciados .....	192
3.4. Principais prazos processuais .....	194
<b>4. Despesas processuais .....</b>	<b>195</b>
4.1. Custas processuais .....	196
4.1.1. Valor das custas processuais .....	196
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas .....	198
4.1.3. Momento do recolhimento das custas .....	198
4.1.4. Isentos do pagamento das custas .....	199
4.2. Valor dos emolumentos .....	200
4.3. Honorários periciais .....	201
<b>5. Negócio jurídico processual .....</b>	<b>202</b>
<b>6. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>204</b>
• QR Code .....	204

## Capítulo VIII

<b>Nulidades processuais .....</b>	<b>205</b>
1. Vícios processuais: classificação .....	205
2. Princípios das nulidades processuais .....	206
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo) .....	206
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão .....	207
2.3. Princípio da economia processual .....	208
2.4. Princípio do interesse .....	208
2.5. Princípio da utilidade .....	208

2.6. Princípio da instrumentalidade das formas .....	209
3. Quadro resumido .....	209
4. Legislação relacionada ao capítulo .....	210
• QR Code .....	210

## Capítulo IX

<b>Petição inicial .....</b>	<b>211</b>
1. Formas de reclamação .....	211
2. Requisitos da petição inicial .....	212
2.1. Causa de pedir (breve exposição dos fatos) .....	213
2.2. Pedido .....	213
2.2.1. Requisitos do pedido .....	214
2.2.2. Cumulação de pedidos .....	215
3. Aditamento e emenda da petição inicial .....	217
4. Indeferimento da petição inicial .....	219
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial .....	220
5. Improcedência liminar do pedido .....	221
6. Desistência da reclamação .....	222
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia .....	223
7. Legislação relacionada ao capítulo .....	224
• QR Code .....	224

## Capítulo X

<b>Audiências .....</b>	<b>225</b>
1. Generalidades .....	225
2. Atraso na audiência .....	228
3. Fracionamento da audiência .....	228
4. Comparecimento das partes .....	229
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto .....	230
4.2. Ausência do reclamante .....	230
4.3. Ausência do reclamado .....	232
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público .....	234
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada .....	234
5. Suspensão da audiência .....	236



<b>6. Audiência telepresencial e por videoconferência .....</b>	<b>237</b>
6.1. Generalidades .....	237
6.2. Audiência de conciliação e apresentação da contestação .....	239
6.3. Audiência de instrução .....	240
6.4. Sustentação oral .....	242
<b>7. Acordo judicial .....</b>	<b>242</b>
<b>8. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>245</b>
• <b>QR Code .....</b>	<b>245</b>

## **Capítulo XI**

<b>Resposta do Réu .....</b>	<b>247</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>247</b>
<b>2. Contestação .....</b>	<b>249</b>
2.1. Defesas processuais .....	249
2.1.1. Incompetência relativa .....	250
2.1.2. Legitimidade .....	250
2.2. Defesas de mérito .....	251
2.2.1. Compensação x dedução x retenção .....	253
2.3. Princípios .....	254
2.3.1. Princípio da impugnação específica .....	254
2.3.2. Princípio da eventualidade .....	255
2.4. Revelia .....	255
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia .....	256
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada .....	257
<b>3. Exceções .....</b>	<b>259</b>
3.1. Exceção de impedimento e suspeição .....	260
3.1.1. Momento de Alegação .....	262
3.1.2. Procedimento .....	262
3.2. Exceção de incompetência (relativa) .....	264
3.2.1. Prazo para apresentação .....	265
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente .....	266
3.2.3. Suspensão do processo .....	266
3.2.4. Contraditório .....	266
3.2.5. Produção de prova oral .....	266

3.2.6.	Decisão da exceção de incompetência .....	267
3.2.7.	Recorribilidade da decisão proferida na exceção .....	267
3.2.8.	Fluxograma .....	268
4.	Reconvenção .....	269
5.	Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....	270
•	QR Code .....	270

## Capítulo XII

<b>Provas</b> .....	<b>271</b>	
1. Introdução .....	271	
2. Princípios da prova .....	272	
2.1.	Contraditório e ampla defesa .....	272
2.2.	Necessidade .....	274
2.3.	Oralidade .....	274
2.4.	Imediação .....	275
2.5.	Aquisição processual da prova ou comunhão da prova .....	275
3. Classificação .....	276	
4. Ônus da prova .....	277	
4.1.	Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional) .....	278
4.1.1.	Teoria Estática do ônus da prova .....	278
4.1.2.	Teoria dinâmica do ônus da prova .....	279
4.1.2.1.	Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova .....	280
4.1.2.2.	Fundamentação da decisão .....	281
4.1.2.3.	Prova impossível ou excessivamente difícil ....	281
4.1.3.	Distribuição convencional do ônus da prova .....	281
4.2.	Casos específicos na jurisprudência do TST .....	282
4.2.1.	Equiparação salarial .....	282
4.2.2.	Recebimento da notificação .....	283
4.2.3.	Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho .....	283
4.2.4.	Horas extraordinárias .....	284
4.2.4.1.	Registro de ponto por exceção .....	286
4.2.5.	Dispensa discriminatória de portador de doença grave ....	288
4.2.6.	Vale-transporte .....	288

4.2.7.	Diferenças no recolhimento do FGTS .....	288
4.2.8.	Grupo econômico .....	289
4.2.9.	Terceirização pela Administração Pública .....	289
<b>5.</b>	<b>Prova emprestada .....</b>	<b>290</b>
<b>6.</b>	<b>Meios de prova .....</b>	<b>291</b>
6.1.	Interrogatório e depoimento pessoal .....	292
6.1.1.	Confissão .....	295
6.2.	Prova testemunhal .....	297
6.2.1.	Generalidades .....	297
6.2.2.	Quem pode testemunhar? .....	297
6.2.3.	Número máximo de testemunhas .....	299
6.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência .....	300
6.2.5.	Procedimento .....	300
6.2.6.	Multa aplicada à testemunha .....	302
6.2.7.	Instauração de incidente .....	303
6.3.	Prova documental .....	304
6.3.1.	Falsidade de documento .....	306
6.4.	Prova pericial .....	307
6.5.	Inspeção judicial .....	311
<b>7.</b>	<b>Provas e a lei geral de proteção de dados (LGPD) .....</b>	<b>312</b>
<b>8.</b>	<b>Encerramento da instrução .....</b>	<b>313</b>
<b>9.</b>	<b>Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>314</b>
•	<b>QR Code .....</b>	<b>314</b>

### **Capítulo XIII**

<b>Sentença e coisa julgada .....</b>	<b>315</b>
<b>1. Pronunciamentos judiciais .....</b>	<b>315</b>
1.1. Sentença .....	315
1.2. Decisão Interlocutória .....	316
1.3. Despacho .....	317
1.4. Acórdão .....	317
<b>2. Requisitos da sentença .....</b>	<b>317</b>
2.1. Fundamentação .....	319
<b>3. Classificação .....</b>	<b>323</b>
<b>4. Princípio da congruência .....</b>	<b>324</b>

5. Publicação e intimação .....	327
6. Julgamento Antecipado .....	328
6.1. Julgamento Antecipado Total .....	328
6.2. Julgamento Parcial do Mérito .....	328
7. Efeitos anexos da sentença .....	330
7.1. Hipoteca Judiciária .....	330
8. Coisa Julgada .....	332
9. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....	333
• QR Code .....	333

## Capítulo XIV

<b>Tutela provisória .....</b>	<b>335</b>
1. Tutela provisória .....	335
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência .....	336
2. Tutelas de urgência .....	338
2.1. Requisitos para concessão .....	340
2.2. Formas de requerimento .....	341
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	342
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada .....	342
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente .....	343
3. Tutela de evidência .....	344
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência .....	344
4. Momento de concessão e meios de impugnação .....	345
5. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....	347
• QR Code .....	347

## Capítulo XV

<b>Procedimento sumaríssimo e procedimento sumário .....</b>	<b>349</b>
1. Procedimento Sumaríssimo .....	349
1.1. Incidência .....	349
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação .....	350
1.3. Audiência .....	350
1.4. Sentença .....	351
1.5. Recursos .....	352
1.5.1. Recurso ordinário .....	352

1.5.2.	Recurso de revista .....	352
1.5.3.	Embargos para a SDI (embargos de divergência) .....	353
2.	Procedimento Sumário .....	353
3.	Procedimento ordinário .....	354
4.	Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....	354
•	QR Code .....	354

## Capítulo XVI

<b>Recursos trabalhistas .....</b>	<b>355</b>
1. Teoria geral dos recursos .....	355
1.1. Meios de impugnação .....	355
1.2. Conceito de recurso .....	356
1.3. Classificação .....	357
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso .....	357
1.3.2. Quanto à fundamentação .....	358
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada .....	358
1.3.4. Quanto à independência .....	359
1.3.5. Resumo das classificações .....	361
1.4. Princípios recursais .....	361
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	361
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade) .....	362
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade) .....	362
1.4.4. Princípio da consumação .....	362
1.4.5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade) .....	363
1.4.6. Princípio da dialeticidade .....	365
1.4.7. Princípio da voluntariedade .....	366
1.4.8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	366
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	367
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito .....	368
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	369
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista ....	372
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial .....	373
1.5.2. Poderes do relator .....	374

1.6.	Pressupostos recursais .....	376
1.6.1.	Introdução .....	376
1.6.2.	Cabimento .....	377
1.6.3.	Legitimidade para recorrer .....	378
1.6.4.	Interesse em recorrer .....	378
1.6.5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....	379
1.6.5.1.	Aceitação da decisão .....	379
1.6.5.2.	Renúncia .....	379
1.6.5.3.	Desistência .....	380
1.6.6.	Tempestividade .....	380
1.6.6.1.	Intempestividade .....	382
1.6.7.	Representação .....	382
1.6.8.	Preparo .....	387
1.6.8.1.	Custas processuais .....	387
1.6.8.2.	Depósito recursal .....	391
1.6.8.2.1.	Generalidades .....	391
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação .....	392
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo .....	393
1.6.8.2.4.	Correção monetária .....	393
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro-garantia judicial .....	393
1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal .....	395
1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade .....	397
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal .....	398
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal .....	399
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal .....	400
1.6.9.	Regularidade formal .....	402
1.7.	Juntada de documentos .....	403

---

1.8.	Efeitos recursais .....	403
1.8.1.	Efeito obstativo .....	403
1.8.2.	Efeito devolutivo .....	403
1.8.3.	Efeito suspensivo .....	406
1.8.4.	Efeito translativo .....	407
1.8.5.	Efeito regressivo .....	409
1.8.6.	Efeito expansivo .....	409
1.8.7.	Efeito substitutivo .....	410
1.9.	Remessa Necessária .....	410
<b>2.</b>	<b>Recursos em espécie .....</b>	<b>413</b>
2.1.	Embargos de declaração .....	413
2.1.1.	Introdução .....	413
2.1.2.	Competência .....	413
2.1.3.	Prazo para interposição .....	414
2.1.4.	Hipóteses de cabimento .....	414
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis .....	416
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo .....	417
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator .....	418
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios .....	419
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios .....	420
2.2.	Recurso ordinário .....	421
2.2.1.	Introdução .....	421
2.2.2.	Hipóteses de cabimento .....	421
2.2.3.	Juízo de retratação .....	422
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal .....	423
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo .....	424
2.3.	Agravo de petição .....	425
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	427
2.4.	Recurso de revista .....	428
2.4.1.	Introdução .....	428
2.4.2.	Prazo .....	428

2.4.3.	Competência para julgamento .....	429
2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade .....	429
2.4.4.1.	Prequestionamento .....	430
2.4.4.2.	Transcendência .....	432
2.4.5.	Hipóteses de cabimento .....	433
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial .....	434
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista .....	437
2.4.5.1.1.1.	Direito intertemporal .....	439
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal .....	440
2.4.6.	Rito sumaríssimo .....	441
2.4.7.	Fase de execução .....	441
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista .....	442
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas .....	442
2.4.9.1.	Introdução .....	442
2.4.9.2.	Requisitos .....	443
2.4.9.3.	Processamento .....	443
2.4.9.3.1.	Competência .....	443
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação .....	443
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação .....	444
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos .....	444
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho .....	445
2.4.9.3.6.	Julgamento .....	446
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros .....	447
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau .....	447
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos .....	447
2.5.	Embargos no TST .....	448
2.5.1.	Introdução .....	448



---

2.5.2.	Embargos infringentes .....	448
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI) .....	449
2.5.3.1.	Introdução .....	449
2.5.3.2.	Prazo .....	450
2.5.3.3.	Competência para julgamento .....	450
2.5.3.4.	Prequestionamento .....	451
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento .....	451
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo .....	452
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo .....	452
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva ..	453
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade .....	453
2.6.	Agravo de instrumento .....	454
2.6.1.	Cabimento .....	454
2.6.2.	Prazo .....	455
2.6.3.	Competência .....	456
2.6.4.	Pressupostos recursais .....	456
2.6.4.1.	Formação do instrumento .....	457
2.6.5.	Juízo de retratação .....	458
2.7.	Agravo interno e regimental .....	458
2.7.1.	Multa no agravo interno .....	460
2.8.	Recurso extraordinário .....	461
2.8.1.	Recurso extraordinário repetitivo .....	464
<b>3.</b>	<b>Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas .....</b>	<b>466</b>
3.1.	Microssistema de julgamentos de causas repetitivas .....	466
3.2.	Natureza Jurídica .....	467
3.3.	Cabimento e requisitos .....	467
3.4.	Competência .....	468
3.5.	Legitimidade .....	469
3.5.1.	Desistência ou abandono .....	469
3.6.	Procedimento .....	470
3.7.	Meios de impugnação do julgamento do IRDR .....	472
<b>4.</b>	<b>Incidente de Assunção de Competência .....</b>	<b>473</b>

4.1.	Introdução .....	473
4.2.	Cabimento .....	474
4.3.	Competência .....	474
4.4.	Legitimidade .....	474
4.5.	Objetivos .....	475
4.6.	Requisitos .....	475
4.7.	Procedimento .....	475
4.8.	Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência .....	476
4.9.	Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência .....	477
4.10.	Assunção de competência no TST .....	478
<b>5.</b>	<b>Reclamação .....</b>	<b>480</b>
5.1.	Introdução .....	480
5.2.	Natureza Jurídica .....	480
5.3.	Cabimento .....	481
5.4.	Legitimidade .....	481
5.5.	Procedimento .....	482
5.6.	Recursos da decisão da reclamação .....	483
<b>6.</b>	<b>Reclamação correicional .....</b>	<b>483</b>
<b>7.</b>	<b>Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>484</b>
•	<b>QR Code .....</b>	<b>484</b>
<b>Capítulo XVII</b>		
	<b>Liquidação de sentença .....</b>	<b>485</b>
<b>1.</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>485</b>
<b>2.</b>	<b>Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal .....</b>	<b>486</b>
<b>3.</b>	<b>Modalidades de liquidação .....</b>	<b>486</b>
3.1.	Liquidação por cálculos .....	486
3.1.1.	Procedimento .....	487
3.2.	Liquidação por arbitramento .....	488
3.3.	Liquidação por artigos .....	488
<b>4.</b>	<b>Juros e correção monetária .....</b>	<b>489</b>
4.1.	Condenação em face da Fazenda Pública .....	491
4.1.1.	Juros .....	491
4.1.2.	Correção Monetária .....	493

4.1.2.1.	Correção monetária pela taxa TR dos débitos dos particulares .....	494
4.1.2.1.1.	Modulação de efeitos .....	494
5.	Impugnação da decisão de liquidação .....	495
6.	Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....	497
•	QR Code .....	497

## **Capítulo XVIII**

<b>Execução trabalhista .....</b>	<b>499</b>
1. Introdução .....	499
2. Título executivo .....	500
2.1. Títulos judiciais .....	500
2.2. Títulos extrajudiciais .....	501
3. Execução provisória e definitiva .....	501
4. Competência .....	504
5. Legitimidade .....	504
5.1. Legitimidade ativa .....	504
5.1.1. Execução de ofício .....	505
5.2. Legitimidade passiva .....	505
6. Responsabilidade patrimonial .....	506
6.1. Responsabilidade do sucessor .....	508
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização .....	509
6.3. Responsabilidade do sócio .....	511
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica .....	511
6.3.1.1. Esquema do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	515
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio .....	516
6.4. Responsabilidade do Grupo Econômico .....	516
6.5. Responsabilidade do cônjuge .....	517
7. Fraude contra credores e fraude à execução .....	518
7.1. Fraude contra credores .....	518
7.2. Fraude à execução .....	518
7.2.1. Bens sujeitos a registro .....	521
7.3. Principais diferenças .....	522
8. Execução por quantia certa .....	522
8.1. Introdução .....	522

8.2.	Citação .....	522
8.3.	Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória .....	523
8.3.1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas .....	525
8.3.2.	Protesto .....	526
8.3.3.	Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SERASAJUD) .....	527
8.4.	Nomeação de bens .....	528
8.5.	Penhora .....	529
8.5.1.	Depositário .....	531
8.5.2.	Penhora em dinheiro .....	532
8.5.2.1.	Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line) .....	533
8.5.2.2.	Seguro-garantia judicial e fiança bancária .....	534
8.5.2.3.	Requisitos para apólice do seguro-garantia judicial e da fiança bancária .....	535
8.5.3.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial .....	537
8.5.4.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta .....	538
8.5.5.	Bens impenhoráveis .....	538
8.5.5.1.	Impenhorabilidade da remuneração do executado .....	540
8.5.5.2.	Impenhorabilidade do bem de família .....	542
8.6.	Defesa na execução .....	544
8.6.1.	Embargos à execução .....	544
8.6.1.1.	Natureza Jurídica .....	544
8.6.1.2.	Prazo .....	544
8.6.1.3.	Competência .....	545
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto) .....	546
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos .....	547
8.6.1.6.	Procedimento .....	547
8.6.2.	Exceção de pré-executividade .....	548
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação .....	548
8.6.4.	Embargos de terceiros .....	548

---

8.6.4.1.	Generalidades .....	548
8.6.4.2.	Prazo .....	550
8.6.4.3.	Competência .....	550
8.7.	Prescrição intercorrente .....	551
8.8.	Expropriação de bens .....	552
8.8.1.	Adjudicação .....	553
8.8.2.	Arrematação .....	554
8.8.2.1.	Introdução .....	554
8.8.2.2.	Legitimidade .....	555
8.8.2.3.	Publicidade .....	556
8.8.2.4.	Lance .....	556
8.8.2.5.	Pagamento .....	557
8.8.2.6.	Pagamento parcelado .....	557
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado .....	558
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado .....	559
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação .....	561
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente .....	562
8.10.	Remição da execução .....	563
8.11.	Execução de prestações sucessivas .....	564
<b>9.</b>	<b>Execução de obrigação de fazer e de não fazer .....</b>	<b>564</b>
9.1.	Título judicial .....	564
9.2.	Título extrajudicial .....	566
<b>10.</b>	<b>Execução de contribuições previdenciárias .....</b>	<b>567</b>
<b>11.</b>	<b>Execução contra a massa falida .....</b>	<b>572</b>
<b>12.</b>	<b>Execução contra a fazenda pública .....</b>	<b>573</b>
12.1.	Introdução .....	573
12.2.	Precatório .....	575
12.2.1.	Ordem preferencial .....	577
12.2.2.	Preterição e não inclusão no orçamento .....	578
12.3.	Requisição de pequeno valor .....	579
<b>13.</b>	<b>Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>580</b>
•	<b>QR Code .....</b>	<b>580</b>

**Capítulo XIX**

<b>Dissídio coletivo</b> .....	<b>581</b>
1. Conceito .....	581
2. Classificação .....	582
3. Poder normativo .....	583
3.1. Limites .....	584
3.1.1. Limite mínimo .....	584
3.1.2. Limite máximo .....	584
4. Competência .....	585
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público .....	585
5. Legitimidade .....	586
6. Pressupostos processuais específicos .....	587
6.1. Negociação prévia .....	587
6.2. Autorização em assembleia .....	588
6.3. Comum acordo .....	589
6.4. Época própria para ajuizamento .....	589
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas .....	589
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato .....	590
7. Procedimento .....	590
8. Sentença normativa .....	591
8.1. Conceito e natureza jurídica .....	591
8.2. Início da vigência .....	592
8.3. Prazo de vigência .....	592
8.4. Extensão .....	592
9. Coisa julgada .....	593
10. Recursos .....	594
10.1. Efeito suspensivo .....	594
11. Dissídio revisional .....	595
12. Dissídio coletivo na administração pública .....	595
13. Ação de cumprimento .....	596
13.1. Natureza jurídica .....	596
13.2. Cabimento .....	597
13.3. Competência .....	597
13.4. Legitimidade .....	597
13.5. Momento do ajuizamento .....	597

13.6. Prescrição .....	598
13.7. Objeto .....	598
13.8. Coisa julgada .....	598
<b>14. Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>599</b>
• <i>QR Code</i> .....	599

## **Capítulo XX**

<b>Procedimentos especiais .....</b>	<b>601</b>
<b>1. Inquérito para apuração de falta grave .....</b>	<b>601</b>
1.1. Cabimento .....	601
1.2. Prazo para propositura .....	602
1.3. Procedimento .....	603
1.4. Efeitos da sentença .....	603
<b>2. Ação Civil Pública .....</b>	<b>604</b>
2.1. Introdução .....	604
2.2. Cabimento .....	604
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	605
2.4. Competência .....	607
2.5. Legitimidade .....	609
2.6. Litisconsórcio .....	610
2.7. Objeto .....	611
2.8. Tutelas de urgência .....	612
2.9. Prescrição .....	613
2.10. Litispendência .....	614
2.11. Instrução .....	615
2.12. Sentença .....	616
2.13. Coisa julgada .....	616
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos .....	617
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos .....	619
2.13.3. Esquema .....	620
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios .....	621
<b>3. Ação rescisória .....</b>	<b>621</b>
3.1. Introdução .....	621
3.2. Competência .....	622
3.3. Legitimidade .....	624

3.4.	Pressuposto da ação rescisória .....	625
3.4.1.	Trânsito em julgado .....	626
3.4.2.	Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente .....	627
3.5.	Prazo para ajuizamento .....	630
3.5.1.	Recurso parcial .....	631
3.5.2.	Acordo homologado judicialmente .....	632
3.6.	Hipóteses de cabimento .....	633
3.6.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz .....	635
3.6.2.	Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo .....	635
3.6.3.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei .....	636
3.6.4.	Ofensa à coisa julgada .....	638
3.6.5.	Violação manifesta de norma jurídica .....	639
3.6.6.	Prova falsa .....	642
3.6.7.	Obtenção de prova nova .....	643
3.6.8.	Erro de fato .....	644
3.7.	Juízo rescindendo e juízo rescisório .....	645
3.8.	Valor da causa .....	646
3.9.	Depósito prévio .....	646
3.10.	Procedimento .....	647
3.11.	Honorários advocatícios .....	648
3.12.	Recurso .....	648
3.13.	Ação rescisória de ação rescisória .....	649
<b>4.</b>	<b>Mandado de segurança .....</b>	<b>649</b>
4.1.	Conceito .....	649
4.2.	Legitimidade .....	650
4.2.1.	Legitimidade ativa .....	650
4.2.2.	Legitimidade passiva .....	651
4.3.	Competência .....	651
4.4.	Modalidades .....	652
4.5.	Cabimento .....	652



---

4.6.	Ato ilegal ou abuso de poder .....	653	
4.7.	Direito líquido e certo .....	654	
4.8.	Prazo para impetração .....	656	
4.9.	Petição inicial .....	657	
4.10.	Despacho da petição inicial .....	658	
4.11.	Informações da autoridade coatora .....	658	
4.12.	Parecer do Ministério Público .....	658	
4.13.	Defesa oral .....	658	
4.14.	<i>Jus postulandi</i> .....	659	
4.15.	Honorários advocatícios .....	659	
4.16.	Recurso .....	659	
4.17.	Reexame necessário .....	660	
4.18.	Mandado de segurança coletivo .....	660	
<b>5.</b>	<b>Consignação em Pagamento .....</b>	<b>661</b>	
5.1.	Cabimento .....	661	
5.2.	Objeto .....	661	
5.3.	Competência .....	662	
5.4.	Legitimidade .....	662	
5.5.	Procedimento .....	662	
<b>6.</b>	<b>Ação monitória .....</b>	<b>663</b>	
6.1.	Conceito .....	663	
6.2.	Aplicação ao processo do trabalho .....	664	
6.3.	Procedimento .....	664	
<b>7.</b>	<b>Súmulas, OJs do TST e legislação relacionada ao capítulo .....</b>	<b>666</b>	
•	<b>QR Code .....</b>	<b>666</b>	
<b>Capítulo XXI</b>			
<b>Informatização do processo judicial .....</b>			<b>667</b>
<b>1.</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>667</b>	
<b>2.</b>	<b>Sistema de peticionamento eletrônico .....</b>	<b>669</b>	
<b>3.</b>	<b>Processo judicial eletrônico .....</b>	<b>670</b>	
3.1.	Introdução .....	670	
3.2.	Assinatura digital .....	671	
3.3.	Usuários .....	673	
3.3.1.	Responsabilidade do usuário .....	675	
3.3.2.	Uso inadequado do sistema .....	676	

3.4.	Disponibilidade e indisponibilidade do sistema .....	676
3.5.	Recebimento de arquivos .....	678
3.6.	Documentos .....	679
3.6.1.	Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados .....	681
3.7.	Consulta .....	681
3.7.1.	Segredo de Justiça e do Sigilo .....	682
3.8.	Atos processuais .....	682
3.8.1.	Intimação, citação ou notificação .....	682
3.8.2.	Prazos processuais .....	683
3.8.2.1.	Data da intimação e contagem dos prazos processuais .....	684
3.8.2.2.	Suspensão .....	685
3.8.3.	Juntada de petições .....	685
3.8.3.1.	Petição inicial .....	685
3.8.3.2.	Resposta do réu .....	687
3.8.4.	Audiência .....	687
3.8.5.	Carta precatória .....	688
3.8.6.	Autos suplementares no segundo grau .....	688
3.9.	Administração do sistema .....	689
3.9.1.	Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho .....	689
3.9.1.1.	Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe) .....	690
3.9.2.	Comitês gestores regionais (CGRPJe) .....	691
3.9.3.	Administrador do sistema .....	693
3.9.4.	Equipe de teste .....	693
4.	Legislação relacionada ao capítulo .....	694
•	QR Code .....	694
<b>Bibliografia</b>	.....	<b>695</b>